

BIVI HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.964.236/0001-50 - NIRE nº 35.300.518.632

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 30/12/2.022, às 09h00, na sede social da Bivi Holding S/A (“Cia.”), localizada na Cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, nº 1465, sala 326, Jardim Botânico, CEP 14.021-630. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (a “Lei das S.A.”), por estarem presentes os Acionistas da Cia. representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fábio Guimarães Franco da Silva, e secretariados pelo Sr. Flávio Guedes de Alcântara Filho. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social; (ii) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Cia. para refletir o aumento do capital social mencionado no item (i); e (iii) a consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Preliminarmente, por proposta do Presidente os Acionistas aprovaram lavratura da ata que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário dos fatos ocorridos bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos Acionistas nos termos do §1º Artigo 130 da Lei 6.404/76, conforme alterada (a “Lei das S.A.”), e após examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovar: (i) o aumento do capital social da Cia. que passará dos atuais R\$ 6.000.000,00 para **R\$ 55.999.998,00** sem a emissão de novas ações, alterando-se o valor nominal das ações de R\$ 1,00 por ação, para **R\$ 9,333333** por ação, mediante a capitalização do saldo destinado à reserva de lucros da Cia. de acordo com o artigo 169 da Lei 6.404/76. O aumento de capital é, neste ato, integralizado por todos os Acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social, mediante a capitalização do saldo destinado à reserva de lucros; (ii) em razão da deliberação acima, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Cia. passa a vigorar com a seguinte e nova redação, permanecendo inalterados os seus §s: **“Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 55.999.998,00, dividido em 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 9,333333 cada.”** (iii) Foi aprovada, por unanimidade de votos dos Acionistas presentes a consolidação do Estatuto Social da Cia., em virtude das deliberações acima, cuja cópia fiel integra a presente ata na forma de seu **Anexo I**. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual, após ter sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Ribeirão Preto/SP, 30/12/2022. Assinaturas: **Mesa:** Fábio Guimarães Franco da Silva - Presidente; e Flávio Guedes de Alcântara Filho - Secretário. **Acionistas Presentes,** G8 Partners Ltda. representada por Rodrigo Villas Boas e Flávio Guedes de Alcântara Filho. Fábio Guimarães Franco da Silva, Flávio Guedes de Alcântara Filho, José Luiz Camarero Neto, José Márcio Freitas Pereira, José Vitor Monteiro Jordani, Matheus Lauand Caetano de Melo, Rodrigo Saccarelli Nascimento, Rodrigo Villas Boas. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Ribeirão Preto/SP, 30/12/2022. Fábio Guimarães Franco da Silva - Presidente; Flávio Guedes de Alcântara Filho - Secretário. **Jucesp nº 409.463/23-1** em sessão de 18/10/2023. Maria Cristina Freij - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração:** **Artigo 1º A Bivi Holding S.A.** (“Cia.”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor. **Artigo 2º A** Cia. tem a sua sede e foro e domicílio na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, nº 1465, sala 326, Jardim Botânico, CEP 14.021-630, Ribeirão Preto/SP. **§Único A** Cia. poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 16, Inciso XVIII deste Estatuto Social. **Artigo 3º A** Cia. tem por objeto a exploração do ramo de compra e venda de imóveis próprios, incorporação imobiliária, desmembramento e loteamento de terrenos, administração e consultoria de imóveis, prestação de serviços de engenharia e construção, aluguel de máquinas e equipamentos para construção, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, preparação de documentos, serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente, e a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias e não empresárias, no Brasil ou no exterior (holding de instituição não financeira). **§Único** As atividades de seu objeto social podem ser realizadas no Brasil ou no exterior, quer diretamente pela Cia., quer através de subsidiárias ou de participação no capital de outras sociedades. **Artigo 4º O** prazo de duração da Cia. é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 55.999.998,00, dividido em 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 9,333333 cada. **§Único A** Cia. não emitirá cautelas, títulos ou certificados representativos de ações de bônus ou subscritções. **Artigo 6º** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações são indivisíveis em relação a Cia. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 7º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”) ou deste Estatuto Social. **§1º** A Assembleia Geral será convocada por pelo menos dois Diretores ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 dias. **§2º** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observado o disposto no 38 deste Estatuto Social. **§3º** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.. **§4º** As atas de Assembleia deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 8º** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores. O Presidente da Assembleia Geral incluirá até 2 Secretários. **Artigo 9º** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: (i) eleger e destituir os membros da Diretoria, indicando o Conselho Fiscal quando instalado; (ii) nomear substituto de qualquer dos outros Conselheiros, nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo do cargo; (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal e demais Comitês, se e quando instalados; (iv) reformar o Estatuto Social; (v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação e transformação da Cia. e de suas controladas, ou de qualquer sociedade na Cia. ou em suas controladas, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de filiais no País ou no exterior; (vi) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (vii) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais ou jurídicas que prestem serviços à Cia. ou a sociedades controladas pela Cia.; (viii) deliberar, após avaliação da proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (ix) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (x) deliberar sobre a exclusão de acionista; (xi) deliberar sobre o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e de autofalência; (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelos Acionistas, em Assembleia Geral. **Capítulo IV - Órgãos de Administração - Seção I - Disposições Gerais: Artigo 10º** A Cia. será administrada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal. **Artigo 11º** A Diretoria **§1º** A investitura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **§2º** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **§3º** É vedado aos administradores: (i) praticar ato de liberalidade à custa da Cia.; (ii) receber de acionistas ou de terceiros qualquer benefício direto ou indiretamente em função do exercício do cargo; (iii) participar ou influir em deliberação sobre assuntos de seu interesse pessoal, cumprindo-lhes declarar os motivos de seu impedimento. **Artigo 11 A** Assembleia Geral aprovará o Plano de Cargos e Salários da Cia. e suas Controladas, inclusive dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Diretores da Cia. e suas Controladas. **Artigo 12** Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes. **§Único** Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito autógrafo e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação. **Seção II - Conselho de Administração: Artigo 13** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 a no máximo 5 membros eleitos pela Assembleia Geral, podendo entre eles ter até 02 Conselheiros Externos e Independentes, todos com mandato unificado de 3 anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 3 Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. **§1º** Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investitura dos novos membros eleitos. **§2º** A Assembleia Geral poderá, mas não deverá, eleger um suplente para cada um dos membros do Conselho de Administração. **§3º** O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Cia. **Artigo 14** O Conselho de Administração terá 1 Presidente, que será indicado na Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **§1º** O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro Conselheiro, Diretor ou Acionista para presidir os trabalhos. **§2º** Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro terá direito a 1 voto, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de seus membros. **§3º** Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, os demais membros elegerão, na própria reunião, um conselheiro para presidir. **Artigo 15** O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando assim demandarem os negócios sociais, mediante convocação. **§1º** A convocação a que se refere o *caput* desta cláusula deverá ser feita pelo Presidente ou pela metade dos membros em exercício do Conselho de Administração, por notificação enviada com pelo menos 7 dias úteis de antecedência com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela Reunião, se houver. **§2º** Qualquer Conselheiro poderá, por meio de solicitação escrita ao Presidente, propor a inclusão de itens na ordem do dia para a realização de reunião do Conselho de Administração. Caso a referida solicitação seja recebida pelo Presidente após o envio da notificação de que trata o §1º, acima, os itens sugeridos, caso aprovados pelo Presidente, serão incluídos na ordem do dia da reunião subsequente. **§3º** O Conselho de Administração poderá, desde que presentes todos os seus membros, deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião mensal ou da reunião extraordinária. **§4º** As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. **§5º** Os Diretores poderão participar das reuniões a convite do Presidente do Conselho de Administração. **§6º** O Presidente do Conselho de Administração poderá convocar Diretores para o esclarecimento de assuntos afetos às áreas sob sua responsabilidade, bem como convidar outros profissionais, inclusive não integrantes da Cia., que possam oferecer contribuições técnicas ou assessorar nas deliberações do órgão. **Artigo 16** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Cia. e de suas controladas; (ii) eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições; (iii) fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral; (iv) fiscalizar e avaliar o desempenho e a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Cia.; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; (v) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; (vi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Cia. e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (vii) aprovar o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros; (viii) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; (ix) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (x) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores; (xi) deliberar sobre proposta da Diretoria a respeito do pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes dos balanços e a respeito do pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral; (xii) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Cia.; (xiii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Cia., sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures; (xiv) autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do ativo permanente e de participações societárias de caráter não-permanente da Cia. quando o valor de tais operações for superior a R\$ 200.000,00; (xvi) aprovar programas de investimentos em valores superiores a R\$1.000.000,00; (xvii) autorizar a contratação de endividamento externo de qualquer valor, seja sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou ainda assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete à estrutura de capital da Cia.; (xviii) autorizar doações, contribuições ou auxílios de qualquer natureza; (xix) autorizar a captação de recursos mediante a emissão de “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as condições de emissão e resgate; (xx) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, conforme proposta da Diretoria, nos termos da legislação aplicável; (xi) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias permanentes bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros, deliberando sobre associações envolvendo a Cia. ou suas controladas, inclusive sobre a participação em acordos de acionistas; (xvii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; (xviii) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento, a serem refletidas em Regimento Interno do Conselho de Administração, a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas; (xivii) deliberar a criação de Comitês auxiliares do Conselho de Administração, assim como a eleição dos respectivos membros; e (xxv) aprovar o plano de recuperação judicial ou extrajudicial da Cia. **Artigo 17** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as Assembleias Gerais de Acionistas; (ii) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; (iii) atribuir aos Vice-Pres-

sidentes do Conselho de Administração outras funções além daquelas que lhes são próprias. **Seção III - Diretoria: Artigo 18** A Diretoria, cujos membros serão eleitos pelo Conselho de Administração, podendo ser destituídos a qualquer tempo, será composta por no mínimo 3 e, no máximo, 8 membros, todos residentes no País, todos Diretores sem designação especial, os quais poderão exercer múltiplas funções. O prazo unificado de mandato da Diretoria é de 3 anos, considerando-se ano o período compreendido entre 3 Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. **§1º** Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 5 dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores. **§2º** Nos casos de renúncia ou destituição dos Diretores, quando tal fato implicar na não observância do número mínimo de Diretores, uma reunião extraordinária do Conselho de Administração será convocada para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. **Artigo 19** Compete aos Diretores: (i) cumprir e fazer cumprir a legislação do País, este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (ii) elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Cia. acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (iii) propor, ao Conselho de Administração, o orçamentos anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente; (iv) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (v) estabelecer metas e objetivos para a Cia.; (vi) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Cia., no Brasil e no exterior; (vii) coordenar as atividades da Cia. e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (viii) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Cia. e orientar a publicidade institucional; (ix) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (x) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Cia. nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; (xi) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento, a serem refletidas em Regimento Interno da Diretoria, a ser aprovado pelo Conselho de Administração; (xii) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; (xiii) autorizar a Cia. a prestar garantias para controladas, coligadas e quaisquer outras sociedades; (xiv) Contratar operações de financiamento para desenvolvimento de empreendimentos imobiliários do tipo “Plano Empresário”, operações de financiamento para desenvolvimento da produção de empreendimentos (Apoio à Produção e/ou PEC) com recursos do FGTS e/ou SBPE (xv) celebrar, alterar ou rescindir quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Cia. e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores e aos acionistas; (xvi) receber, em nome da Cia., citações, intimações e notificações judiciais e extrajudiciais; (xvii) outorgar atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 20** A Diretoria tem todos os poderes para, sempre em conjunto de 2, praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Cia. e a consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transgir e acordar, assim como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos e prestar aval, fiança e quaisquer outras garantias, sempre observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. **Artigo 21** A Diretoria se reúne validamente com a presença de pelo menos 3 Diretores e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes. **Artigo 22** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por quaisquer dos Diretores. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Artigo 23** As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião. **Artigo 24** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 25** A Cia. será sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura de 2 Diretores; ou (ii) pela assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado para tanto e autorizado pelo Conselho de Administração. **§1º** A assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado para tanto, nos termos do mandato outorgado. **§1º** Todas as procurações serão outorgadas, nos termos do *caput* deste artigo, mediante mandato assinado 2 Diretores, com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicium*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou partilhado. **§2º** Qualquer dos Diretores ou procurador, em conjunto de 2, poderá representar, ativa ou passivamente, a Cia. em juízo, bem como perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. **§3º** A Cia. não outorgará procuração para a prática de atos reservados ao responsável técnico da Cia. perante o CREA/SP e CRECI/SP. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 26** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 27** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 e, no máximo 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§1º** Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 ano, podendo ser reeleitos. **§2º** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **§3º** A investitura dos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado. **§4º** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente por ordem de idade a começar pelo mais idoso. **§5º** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Artigo 28** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **§1º** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§2º** O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **§3º** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Artigo 29** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o §3º do artigo 162 da Lei das S.A.. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros: Artigo 30** O exercício social se inicia em 1º/01 e se encerra em 31/12 de cada ano. **§Único** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Cia., com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 31** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das S.A., ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o §1º do artigo 182 da Lei das S.A. exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta do órgão da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 15% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista no artigo 202 da Lei de S.A., que, em qualquer hipótese, estará limitado ao Caixa Livre, conforme definido no §2º deste Artigo 31; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.. **§1º** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões para impostos. O prejuízo do exercício será absorvido pelos lucros acumulados, pela reserva de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. **§2º** Para fins deste Artigo, “Caixa Livre” significa o saldo de caixa da Cia. disponível para uso depois de realizado todos os pagamentos obrigatórios para o funcionamento do negócio da Cia. e subtraído os saldos de caixa bloqueados para cumprimento de obrigações (covenants) financeiras (inclusive, mas não limitado, a bloqueios do saldo disponível em conta da Cia. para fins (i) de aplicações financeiras junto a bancos, (ii) cumprimento de obrigação de registro de contratos bancários e (iii) manutenção de saldo mínimo em caixa para atendimento de índices financeiros conforme definidos em contratos bancários). **Artigo 32** Por proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, poderá a Cia. pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **§1º** Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Cia. não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **§2º** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação da Diretoria, no exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos. **Artigo 33** A Cia. poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Diretoria: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Artigo 34** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Capítulo VII - Juízo Arbitral: Artigo 35** A Cia., seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles. **§1º** A arbitragem será administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CAM/CCBC”) de acordo com seu Regulamento. **§2º** A arbitragem será decidida por um tribunal composto por 3 árbitros. A Cia., seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, de comum acordo, convençionam que todos os 3 árbitros que irão compor o tribunal arbitral serão indicados pela CAM/CCBC. **§3º** A arbitragem será realizada na Cidade de São Paulo - Capital, em conformidade com a lei brasileira. **§4º** O procedimento arbitral será conduzido em português, e todos os procedimentos, ordens, comunicações, documentação, provas e sentença arbitral final serão apresentados em português. **§5º** Qualquer decisão proferida pelo tribunal arbitral será considerada vinculante, final e não sujeita a recurso pelos acionistas. **§6º** Antes de instaurado o tribunal arbitral, a Cia., seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal poderão recorrer ao judiciário para obtenção das tutelas de urgência que se fizerem necessárias. A necessidade de requerer qualquer medida judicial prevista neste § não é incompatível com a eleição da arbitragem como modo de solução das controvérsias, tampouco importará renúncia à executividade dos atos emanados do tribunal arbitral e/ou à submissão da Cia., seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal a tais atos. **§7º** Para os fins das disposições do §6º acima, a Cia., seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal elegem o Foro da Comarca de Ribeirão Preto/SP, à exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Capítulo VIII - Dissolução, Liquidação e Extinção: Artigo 36** A Cia. será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos e na forma previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo IX - Disposições Finais e Transitórias: Artigo 37** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A.. **Artigo 38** A Cia. deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral contrários aos seus termos. **§1º** Não será arquivado pela Cia. acordo de acionistas cujo teor conflite com as disposições deste Estatuto Social. **§2º** Os acionistas da Cia. não poderão ser signatários diretos e/ou indiretos de mais do que um acordo de acionistas, exceto se expressamente liberados para tanto pelos demais acionistas signatários dos acordos de acionistas já existentes. **§3º** Ficam destituídos dos cargos de Conselheiros de Administração os Srs. Rodrigo Villas Boas, Fábio Guimarães Franco da Silva e Rodrigo Saccarelli Nascimento. **§4º** Ficam eleitos como membros do Conselho de Administração da Cia. com mandato unificado correspondente ao período unificado compreendido entre esta data e a Assembleia Geral Ordinária de apreciação das contas do exercício social findo em 31/12/2023, ficando cada mandato unificado limitado ao prazo de 03 anos, quais sejam os Srs. **Fábio Guimarães Franco da Silva**, brasileiro, divorciado, nascido aos 17/06/1971, natural de Belém/PA, empresário, RG nº 1.728.381, expedida pela SSP/PA, expedida em 18/12/1986 e CPF nº 378.882.772-68; **Rodrigo Saccarelli Nascimento**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, nascido aos 03/01/1979, natural de Bataísta/SP, administrador de empresas, RG nº 30.087.545-9 SSP/SP, expedida em 06/06/2006 e CPF nº 283.213.818-71; **Rodrigo Villas Boas**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, nascido aos 01/11/1978, natural de Ribeirão Preto/SP, engenheiro civil, devidamente habilitado no CREA-SP nº 5061916240, RG nº 28.908.868-9 SSP/SP, expedida em 05/02/2007 e CPF nº 288.133.008-83; todos com endereço profissional na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, nº 1465, 3º andar, Jardim Botânico, CEP 14.021-630, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Os Conselheiros, ora eleitos manifestaram que aceitam assumir os cargos para os quais foram eleitos e comprometem-se a assinar os respectivos termos de posse lavrados e no livro próprio, clientes do disposto no art. 147 da Lei nº 6.404/1976; os Conselheiros declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial de exercer a administração da Cia. e nem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **§5º** Ficam autorizados os representantes da sociedade a praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações supra.



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: EHJ2E-JJUK6-WQ3XW-LASXL

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA BARAO DO BANANAL L (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 07/11/2025 02:02 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/EHJ2E-JJUK6-WQ3XW-LASXL>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>